



---

**PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 295.06.00/2025**

---

**PROCESSO ADMINISTRATIVO - Nº 0209001/2025/SUPRI**

**MODALIDADE - INEXIGIBILIDADE Nº 046/2025/SUPRI**

**ÓRGÃO SOLICITANTE – SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**ASSUNTO – PARECER DA ANÁLISE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA  
LOCAÇÃO DE ESTANDE (PAVILHÃO – MUNICÍPIO COP 30)**

---

**PARECER TÉCNICO – CONTROLE INTERNO**

A COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL – PA, criada e regulamentada pela Lei municipal nº019/2005, de 26 de julho de 2005 e Lei Municipal nº024/2009, de 08 de setembro de 2009, na figura de seu Coordenador **Helton Jhony de Sousa Trajano da Silva Teles**, designado pela Portaria de nº279/2025, a fim de garantir o disposto no art. 31 e 74 da Constituição Federal de 1988, e em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCMPA, de 01 de julho de 2014, e Instrução Normativa nº22/2021/TCMPA, de 10 de dezembro de 2021, expede as seguintes considerações:

---

**1. DO RELATÓRIO**

Trata-se da análise do **Processo Administrativo Nº 0209001/2025/SUPRI**, referente ao procedimento **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 046/2025**, que tem por objeto – **LOCAÇÃO DE ESTANDE (PAVILHÃO – MUNICÍPIO COP 30)**

O futuro contrato será celebrado através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL** e a empresa **PARÁ 2000**, inscrita sob o CNPJ nº 03.584.058/0001-18.

O valor total será de **R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)**, conforme minuta no contrato.

**2. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Diante de algumas situações, o legislador permitiu que o administrador realizasse a Contratação Direta, independentemente de licitação, através dos institutos da Inexigibilidade ou da Dispensa de Licitação. Logo, no referido certame, a licitação ocorrerá em processo de locação de imóvel, sob a modalidade de **INEXIGIBILIDADE**, nos termos da Lei nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021. A exigência para tal procedimento estar insculpido nos artigos 74 inciso V, § 5º I II III da referida Lei.

Assim, mediante a impossibilidade de submeter à competição que afasta o Dever Geral de Licitar, a administração municipal justifica a presente contratação frente à



inviabilidade de competição licitatória, conforme Documento de Formalização de Demanda – DFD com a devida Justificativa da necessidade de contratação presente nos autos do processo.

### 3. DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Quanto à apresentação da documentação necessária à regular instrução processual, foi instaurado processo administrativo próprio (Processo Administrativo Nº 0209001/2025) e para instruir os autos foram juntados, além de outros, os seguintes documentos: Termo de Abertura de Processo; Ofício nº 80/2024/SEMICS, de solicitação; Documento de Formalização de Demanda – DFD; Proposta Comercial; Documentos constitutivos da empresa; Certidões de regularidade fiscal e trabalhista da empresa; atestado de capacidade técnica; Declaração de Exclusividade; Termo de Autuação; Termo de Referência; Dotação Orçamentaria; Declaração de adequação orçamentária e financeira; Autorização do gestor; Justificativa de Inexigibilidade; Minuta do Contrato; Parecer da Assessoria Jurídica nº 279/2025 e despacho a esta coordenadoria de Controle Interno pela servidora Isabel Greyce do Nascimento Franco.

### 4. DA ANÁLISE JURÍDICA

No que tange ao aspecto jurídico e formal do procedimento, a Assessoria Jurídica da Procuradoria Municipal constatou que os documentos necessários para realização da inexigibilidade se deram com observância à legislação que rege a matéria, atestando a sua legalidade, ressaltando a necessidade de providenciar a portaria do fiscal do contrato bem como a documentação pertinente para posterior pagamento e regular publicação junto aos órgãos de conta competentes.

Tais constatações se deram pelo **Parecer Jurídico nº 279/2025**, realizado e assinado pela Dr<sup>a</sup>. Stephanie Menezes da Costa, atendida, portanto, as exigências legais contidas na lei de Licitações e Contratos.

### 5. CONCLUSÃO

Assim, com base nas regras insculpidas pela Lei nº 14.133/21 e demais instrumentos legais correlatos e resguardando o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, não vislumbramos óbice ao prosseguimento do feito, podendo este órgão promover a contratação, observando para tanto os prazos das assinaturas do contrato e demais documentos, visto que tal formalização deve ocorrer previamente a realização do serviço, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**  
e-mail: [controleinternocastanhal@gmail.com](mailto:controleinternocastanhal@gmail.com)

homologação e publicação do referido ato na imprensa oficial e Mural de Licitações do TCM/PA.

Vale ressaltar que toda manifestação desta controladoria, aqui discorrida, expressa posição meramente opinativa, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnica, que se restringe a análise dos aspectos de legalidade.

E, por fim, declaramos estar cientes de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Castanhal/PA, 24 de setembro de 2025.

**HELTON J. DE S. TRAJANO DA S. TELES**  
**CONTROLE INTERNO**  
*Portaria N°279/25*